

## **CONTRATO Nº. 024/2022**

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram a Companhia de Saneamento Municipal - **CESAMA** e a empresa **FATOR-SI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA LTDA.**

A Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA situada nesta cidade na Av. Rio Branco, 1843, 10º andar, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 21.572.243/0001-74, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente Júlio César Teixeira, brasileiro, casado, engenheiro, celebra este Contrato com a empresa **FATOR-SI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA LTDA**, CNPJ nº 17.926.276/0001-06, situada na Rua Professor Virgílio Pereira da Silva, 332, sala 202, bairro Vina Del Mar, Juiz de Fora, Minas Gerais, CEP: 36.037-720, neste ato representado por Ronaldo Nazareth, brasileiro, casado, empresário, Identidade M 2.697.664, CPF 547.024.376-15, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada para desempenhar a gestão da segurança patrimonial e elaborar o projeto de segurança para 24 unidades da CESAMA**, conforme homologação do Diretoria Executiva registrada à fl. 361 do processo licitatório, e proposta vencedora do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137/21**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA: PARTES**

1.1. Para os efeitos das disposições contratuais, a Companhia de Saneamento Municipal – **CESAMA** será designada pela sigla **CESAMA** e a empresa **FATOR-SI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA LTDA** por **CONTRATADA**;

### **CLÁUSULA SEGUNDA: OBJETO**

2.1. Constitui objeto deste Contrato a **contratação de empresa especializada para desempenhar a gestão da segurança patrimonial e elaborar o projeto de segurança para 24 unidades da CESAMA**;

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro

CEP: 36.013-020 / Juiz de Fora – MG / (32) 3692-9198 / 9199 / 9200 / 9201

Missão - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.



2.2. Os serviços a serem executados são os descritos no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N° 137/21, bem como nas especificações que o compõe, além do Termo de Referência e demais anexos em todos os seus termos e disposições. Inclui-se também como parte do Contrato a proposta da CONTRATADA, naquilo em que não conflitar com o Edital, sem prejuízo das demais cláusulas;

2.3. São partes integrantes deste Contrato, independente de transcrição, o Aviso de Licitação, o Edital e todos os seus anexos e a proposta do licitante vencedor e seus anexos.

2.4. Toda a documentação apresentada no Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: REGIME DE EXECUÇÃO**

3.1. Este contrato será executado sob o regime de empreitada por preço global, conforme art. 21 do RILC.

### **CLÁUSULA QUARTA: VALORES**

4.1. Os serviços contratados têm o preço total de **R\$ 347.056,43 (trezentos e quarenta e sete mil cento e cinquenta e seis reais e quarenta e três centavos)**, e nele estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. A vigência do presente Contrato será a partir da data da sua assinatura até o término do prazo de execução do objeto especificado neste instrumento, que será de **12 (doze) meses**.

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro

CEP: 36.013-020 / Juiz de Fora – MG / (32) 3692-9198 / 9199 / 9200 / 9201

Missão - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.



5.1.1. O prazo para início da execução dos serviços é de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do Contrato, decorrido o período estabelecido no item 5.1.2.2, para abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.

5.1.2. A assinatura do contrato de prestação de serviços entre a CESAMA e a empresa vencedora do certame será sucedida dos seguintes atos:

5.1.2.1 Solicitação pela CESAMA ao Banco, mediante ofício, de abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – no nome da empresa, conforme modelo constante no termo de cooperação, devendo o banco público oficializar a CESAMA sobre a abertura da referida conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – na forma do modelo consignado no supracitado termo de cooperação;

5.1.2.2 Assinatura, pela empresa vencedora, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da CESAMA, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e de termo específico da instituição financeira oficial que permita a CESAMA ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da CESAMA, conforme modelo indicado no termo de cooperação;

5.1.2.3. O descumprimento do prazo indicado no item 5.1.2.2 sujeitará a empresa vencedora às penalidades previstas.

5.2 Nas hipóteses previstas no art. 153 do RILC, este Contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes e mediante prévia justificativa da autoridade competente, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar.

5.2.1 A alteração quantitativa poderá ocorrer, nas mesmas condições contratuais, quando for necessário acréscimos ou supressões do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

5.2.2 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item 5.2.1, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre a CESAMA e a CONTRATADA.

5.2.3 As alterações deverão ser formalizadas por meio de termos aditivos, exceto as que digam respeito à variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e às atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, não caracterizam alteração do Contrato e poderão ser registradas por simples apostilamento.

## **CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES**

### **6.1. São obrigações da CONTRATADA:**

6.1.1. A CONTRATADA se obriga a executar o Contrato fielmente, conforme definido no Edital e seus anexos.

6.1.2. A CONTRATADA se obriga, neste ato, a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.3. Realizar as visitas técnicas a todas as Unidades listadas pela CESAMA, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço.

6.1.3.1 As visitas deverão ser realizadas de acordo com o horário de atendimento de cada unidade a ser visitada, desde que previamente acordado com o responsável pela Unidade.

6.1.3.2 Todas as visitas deverão ser pré-agendadas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência. Todas serão acompanhadas por um colaborador da CESAMA, preferencialmente o responsável do local.

6.1.3.3 Emitir documento próprio no qual comprove por meio de assinatura do colaborador responsável por acompanhar a visita, que a visita foi realizada e que todos os espaços da Unidade foram vistoriados e que tomou conhecimento de todas as particularidades da operação e do funcionamento da Unidade visitada;

6.1.4 Observar os recursos de segurança para cada unidade, indicados no Anexo I do Termo de Referência e, justificar tecnicamente, caso não seja adotada alguma das ações propostas. Ficará exclusivamente a cargo da Contratada, a responsabilização



por alterar ou propor novas soluções de segurança patrimonial, que deverão ser objeto de análise e aprovação da Diretoria da CESAMA.

6.1.5 Apresentar uma projeção de investimentos em infraestrutura física, digital e pessoal para cada Unidade, utilizando como base as cotações do mercado; considerar-se á o orçamento fixado pela CESAMA para que os custos não extrapolem o orçamento anual para aquisições e contratações posteriores.

6.1.6 Fornecer suporte técnico em processos licitatórios relacionados à segurança patrimonial.

6.1.6.1 Dar suporte ao setor competente da CESAMA com a emissão de parecer técnico sobre a melhor proposta comercial apresentada nas licitações, se empresa melhor classificada possui capacidade técnica compatível para atender o objeto.

6.1.6.2 Vistoriar e homologar os equipamentos a serem instalados nas Unidades da CESAMA, identificando se estes são compatíveis com os equipamentos apresentados na proposta comercial do licitante.

6.1.6.3 Acompanhar a execução do projeto pela empresa Contratada "in loco" verificando as instalações dos sistemas eletrônicos, cruzando as informações do executado e contratado, através de registros fotográficos, laudos e testes de funcionalidade.

6.1.6.4 Apontar inconsistências na instalação dos equipamentos ou na prestação dos serviços, relatando ao setor competente da CESAMA.

6.1.6.5 Disponibilizar um canal para que as empresas Contratadas possam sanar eventuais dúvidas com o Analista de Segurança, durante o prazo de vigência de seus respectivos contratos na CESAMA.

6.1.7 Cumprir o cronograma com as etapas e prazos de referência conforme item 7.6 do Termo de Referência.

6.1.8 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.



6.1.9 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CESAMA ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

6.1.10 Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, substituindo, imediatamente, aquele que apresentar qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequar ao TR, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão do Contrato;

6.1.11 Cumprir os prazos previstos em Edital ou outros que venham a ser fixados pela CESAMA;

6.1.12 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido da CESAMA;

6.1.13 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato;

6.1.14 Encaminhar ao DEST - Departamento de Saúde e Segurança no Trabalho da CESAMA ([smt@CESAMA.com.br](mailto:smt@CESAMA.com.br)), antes do início dos serviços, os documentos abaixo relacionados, sem os quais, não será emitida a Ordem de Serviço:

a) PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

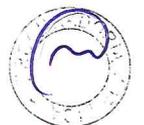
b) ASO – Atestado de Saúde Ocupacional de todos os funcionários (admissional, periódico e demissional, conforme o caso);

c) Apresentar o nome e telefone para contato do responsável pela Segurança e Medicina do Trabalho da Contratada, antes da emissão de Ordem de Serviço;

6.1.15 Havendo alteração na equipe de trabalho que atuará na execução do objeto do Contrato, a Contratada fica obrigada a apresentar à CESAMA os documentos relacionados no item 6.1.14 referentes ao empregado admitido e que irá compor a equipe de trabalho;

6.1.16 A cada renovação contratual, fica a Contratada obrigada a rerepresentar a documentação relacionada no item 6.1.14;

6.1.17 Para a prestação dos serviços de gestão da segurança patrimonial, cabe à Contratada:



- a) Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início do serviço, a mão de obra Contratada e informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo e/ou que a impossibilite de assumir o serviço conforme o estabelecido;
- b) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- c) Comunicar ao setor competente da CESAMA que administra o contrato, toda vez que ocorrer afastamento, férias, rescisão, ou qualquer irregularidade, substituição ou inclusão de qualquer empregado que esteja prestando os serviços;
- d) Deverá ser enviada previamente à CESAMA a programação de férias da Contratada;
- e) Assegurar que se o empregado cometer falta disciplinar, não será mantido na prestação de serviços à CESAMA;
- f) Em hipótese alguma deverá ser feita substituição de empregado por outro não qualificado ou entendido como inadequado para a prestação dos serviços;
- g) Instruir o empregado quanto à necessidade de acatar as orientações da CESAMA, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da CESAMA;
- h) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu empregado acidentado ou com mal súbito;
- i) Manter controle de frequência/pontualidade do seu empregado sob o Contrato;
- j) Relatar à CESAMA toda e qualquer irregularidade observada no serviço;
- l) Garantir a execução dos serviços, obedecendo as disposições da legislação trabalhista vigente, responsabilizando-se diretamente pelos serviços mencionados em quaisquer dos documentos que integram o Contrato;
- m) Identificar todos os equipamentos de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CESAMA;
- n) O Analista de Segurança Patrimonial será responsável pela coordenação operacional e administrativa, pelo controle de qualidade, comunicações,



esclarecimentos e encaminhamentos ao setor competente da CESAMA, bem como a resolução de todos os problemas surgidos, para permitir a boa execução dos serviços contratados.

- o) O telefone à disposição deverá ser utilizado somente em objeto de serviço.
- p) Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições que culminaram em sua habilitação.
- q) A contratada fica responsável por providenciar todos os documentos (levantamentos, plantas, fotos, etc) necessários para a elaboração do projeto de segurança.

6.1.18 A CONTRATADA se obriga a fornecer, em qualquer época, os esclarecimentos e as informações técnicas sobre os serviços executados quando solicitados pela CESAMA.

6.1.19 Para a efetiva contratação, o adjudicatário deverá estar quite com a CESAMA, quando sediado ou domiciliado no município de Juiz de Fora/MG. Caso tenha algum débito, o mesmo deverá ser quitado para que o contrato possa ser assinado.

6.1.20 A CONTRATADA não poderá ceder ou dar em garantia, em qualquer hipótese, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos deste Contrato.

6.1.21 A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se por todos os ônus tributários, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre o objeto contratado, bem como cumprir, rigorosamente todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos e normas de segurança e higiene do trabalho, relativos ao objeto contratado.

6.1.22 Ressarcir eventuais prejuízos sofridos pela CESAMA em virtude do seu inadimplemento em relação ao cumprimento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, incluindo-se nesse dever custas judiciais, honorários advocatícios entre outros regularmente suportados pela CESAMA;

6.1.23 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Fiscal e/ou Gestor do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;



6.1.24 Atender os prazos estabelecidos neste Contrato e outros que venham a ser pactuados, para execução e realização dos serviços;

6.1.25 Prestar informações à Auditoria Interna da Cesama quando solicitada, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC).

## 6.2. São obrigações da CESAMA:

6.2.1. Efetuar todos os pagamentos devidos à Contratada, nas condições estabelecidas.

6.2.2. Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

6.2.3. Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade e em desconformidade com o Termo de Referência;

6.2.4. Exigir o afastamento imediato e/ou substituição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, de Preposto da Contratada que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;

## CLÁUSULA SÉTIMA: GARANTIA

7.1. Para garantia do fiel cumprimento dos compromissos firmados no presente contrato, a **CONTRATADA** deixa depositada na **CESAMA** a quantia de **R\$ 17.352,82 (dezessete mil trezentos e cinquenta e dois reais e oitenta e dois centavos)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, podendo optar pelas seguintes modalidades: Caução em dinheiro, Seguro-Garantia ou Carta de fiança bancária, com **prazo de validade não inferior a 16 (dezesesseis) meses**;

7.1.1. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída, **04 (quatro) meses** após a execução do contrato e comprovação de cumprimento de todas as obrigações assumidas, inclusive, fiscais, trabalhistas e previdenciárias, devendo ser atualizada monetariamente quando for caução em dinheiro.



7.1.2. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, no ato da assinatura do termo aditivo, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

## **CLÁUSULA OITAVA: RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1 Executado o Contrato ou as etapas do mesmo, o seu objeto deverá ser recebido:

- a) provisoriamente, pelo fiscal responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA; ou
- b) definitivamente, pelo fiscal e pelo Gestor do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contado do recebimento provisório.

8.2 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e pelo Contrato.

## **CLÁUSULA NONA: MEDIÇÕES E PAGAMENTO**

### **9.1. DAS MEDIÇÕES**

9.1.1 As medições serão elaboradas mensalmente pelo gestor do Contrato designado pela CESAMA, e deter-se-ão sobre os serviços entregues e aceitos no período correspondente ao dia 1º a 30 ou 31 de cada mês, para fins de registro contábil e pagamento, ou em outro período determinado pela fiscalização da CESAMA.

9.1.2 As medições somente serão efetuadas se ocorrerem serviços no período supramencionado.

9.1.3 As medições poderão ser efetivadas até dez dias do mês subsequente ao período considerado no item 9.1.1, data limite para emissão pela CESAMA da ordem de faturamento.

## **9.2. DO PAGAMENTO**

9.2.1 A CESAMA efetuará os pagamentos relativos aos compromissos assumidos, através de medições mensais, 30 (trinta) dias após a execução dos serviços com a apresentação e aceitação da Nota Fiscal / Fatura pelo departamento competente da CESAMA.

9.2.1.1 A CONTRATADA deverá emitir notas fiscais mensais específicas, uma para o projeto de segurança e outra para o serviço de gestão de segurança patrimonial.

9.2.1.2 Caso o vencimento ocorra no sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo para a Cesama, o pagamento será realizado no primeiro dia útil subsequente.

9.2.1.3 A nota fiscal eletrônica deverá ser enviada para o e-mail [nfe@cesama.com.br](mailto:nfe@cesama.com.br), com cópia para [dsgd@CESAMA.com.br](mailto:dsgd@CESAMA.com.br)

9.2.1.4 Na Nota Fiscal / Fatura deverão ser informados os números da licitação e do Contrato.

9.2.2 O pagamento será efetuado através de depósito em conta bancária ou via TED (transferência eletrônica disponível), cujas tarifas extras correrão por conta da **CONTRATADA**.

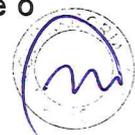
9.2.2.1 O pagamento só poderá ser realizado em nome do fornecedor e os boletos não poderão, em hipótese nenhuma, ser pagos em nome de outro beneficiário.

9.2.3 O pagamento **SOMENTE** será efetuado:

- a) Após a aceitação da Nota Fiscal / Fatura;
- b) Após o recolhimento pela adjudicatária de quaisquer multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplemento contratual;
- c) Após o cumprimento do disposto no subitem 9.2.4.

9.2.4. Para efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá:

- 9.2.4.1. Elaborar folha de pagamento contendo o nome do empregado, número da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, data de admissão e salário pago relativo ao empregado designado para a prestação dos serviços;
- 9.2.4.2. Apresentar cópia do contracheque e folha de ponto do empregado;
- 9.2.4.3. Apresentar junto com a Nota Fiscal/Fatura a RE (Relação de Empregados) constantes no Arquivo SEFIP (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social), para comprovar o recolhimento devido;
- 9.2.4.4. Anexar à Nota Fiscal/Fatura cópia da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – (GFIP) e da Guia da Previdência Social (GPS) relativas ao empregado designado para trabalhar no serviço objeto desta licitação;
- 9.2.4.5. Anexar à Nota Fiscal/Fatura as certidões atualizadas de regularidade junto ao INSS, ao FGTS e a Justiça do Trabalho.
- 9.2.5. O recolhimento do INSS e do FGTS referente aos serviços deverá ser feito de forma individualizada, por tomador, e esta condição deverá ser comprovada mensalmente, a cada emissão de Nota Fiscal;
- 9.2.6. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade;
- 9.2.7. O CNPJ da Contratada constante da Nota Fiscal/Fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada na licitação;
- 9.2.8. Deverão ser anexadas na Nota Fiscal / Fatura (em duas vias) as certidões atualizadas de regularidade junto ao INSS, ao FGTS e a Justiça do Trabalho;
- 9.2.9. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos tributos que incidirem sobre o objeto deste Contrato.
- 9.2.10. Na hipótese de ocorrer atraso no pagamento da Nota Fiscal / Fatura por responsabilidade da CESAMA, esta se compromete a aplicar, conforme legislação em vigor, juros de mora sobre o valor devido “pro rata” entre a data do vencimento e o efetivo pagamento.



9.2.11. A antecipação do pagamento só poderá ocorrer caso o serviço tenha sido executado.

9.2.11.1. A Cesama poderá realizar o pagamento antes do prazo definido no item anterior, através de solicitação expressa da Contratada, que será analisada pela Gerência Financeira e Contábil, de acordo com as condições financeiras da Cesama. Havendo antecipação do pagamento, o mesmo sofrerá um desconto financeiro, e o índice a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 1% (um por cento) “*pro rata*”.

9.3 As provisões de encargos trabalhistas a serem pagas à CONTRATADA serão suprimidas do valor mensal a ser pago e depositadas em conta vinculada específica, conforme Resolução nº. 16/2014 da CESAMA (cópia da resolução encontra-se no arquivo "resolução162014.pdf");

9.3.1. De acordo com art. 4º da Resolução nº. 16/2014 da CESAMA, o montante mensal do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas: férias; 1/3 constitucional; 13º salário; multa do FGTS por dispensa sem justa causa; incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário;

9.3.1.1. Para fins de retenção, os percentuais das rubricas são os constantes das planilhas de formação de custos que integram a proposta comercial;

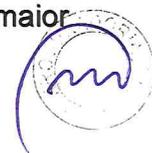
9.3.2. Os valores referentes às rubricas mencionadas no art. 4º da Resolução nº. 16/2014 da CESAMA serão retidos do pagamento mensal à CONTRATADA, desde que a prestação dos serviços ocorra nas dependências da CESAMA, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço, etc;

9.3.3 Conforme item 10.1.2 do Termo de Cooperação, Anexo I da Resolução da CESAMA nº. 016/2014, os recursos depositados nas contas-correntes vinculadas – bloqueadas para movimentação – serão aplicados automaticamente pelo Banco, em caderneta de poupança, de acordo com as regras estabelecidas pelo Governo Federal, com remuneração mensal, ou outro índice, sempre escolhido o de maior rentabilidade;

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro

CEP: 36.013-020 / Juiz de Fora – MG / (32) 3692-9198 / 9199 / 9200 / 9201

Missão - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.



9.3.4 Caso haja cobrança, os valores das tarifas bancárias de abertura e de manutenção da conta depósito vinculada serão definidos pelo banco público oficial;

9.3.4.1. Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada deverão ser suportadas na taxa de administração ou BDI constante na proposta comercial da empresa, caso haja cobrança de tarifas bancárias e não seja possível a negociação;

9.3.4.2. Será retido do pagamento do valor mensal devido à CONTRATADA e depositado na conta-depósito vinculada, na forma estabelecida no § único do art. 1º da Resolução da CESAMA nº 016/2014, o valor das despesas com a cobrança de abertura e de manutenção da referida conta-depósito, caso o banco público promova desconto(s) diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: REVISÃO / REAJUSTE**

### **10.1. Revisão**

10.1.1. A revisão contratual (reequilíbrio econômico-financeiro) tem lugar quando a interferência causadora do desequilíbrio econômico-financeiro, consistir em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário.

10.1.2. O reequilíbrio econômico-financeiro pode ser concedido a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que verificados os seguintes requisitos:

- a) o evento seja futuro e incerto;
- b) o evento ocorra após a apresentação da proposta;
- c) o evento não ocorra por culpa da CONTRATADA;
- d) a possibilidade da revisão contratual seja aventada pela CONTRATADA ou pela CESAMA;
- e) a modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CESAMA;

- f) haja nexos causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da CONTRATADA;
- g) seja demonstrado nos autos a quebra de equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente pactuadas.

10.1.3. O reequilíbrio de contrato será precedido de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e documentos que fundamentem a repactuação do contrato.

10.1.4. A repactuação do contrato deverá ser pleiteada pela contratada até 60 (sessenta) dias antes do encerramento do prazo de vigência, sob pena de ocorrer preclusão do exercício do direito.

10.1.5. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação do contrato, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

10.1.6. Quando da solicitação da repactuação do contrato, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

- a. os preços praticados no mercado e ou em outros contratos da Administração;
- b. as particularidades do contrato em vigência;
- c. o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- d. a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- e. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- f. a disponibilidade orçamentária da Cesama.

10.1.7. A decisão sobre o pedido de repactuação do contrato deve ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

10.1.8. O prazo referido no item anterior ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Cesama para a comprovação da variação dos custos.

10.1.9. A Cesama poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

10.1.10. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a. a partir da assinatura da apostila ou termo aditivo;
- b. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações futuras; ou
- c. em data anterior à repactuação do contrato, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

10.1.11. No caso previsto na alínea "c", o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

10.1.12. A Cesama deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

## 10.2. Reajuste

10.2.1. Aplica-se o disposto no Decreto Municipal nº 8.542/2005, que regulamenta o reajuste de preços nos contratos da Administração Pública Municipal direta e indireta e dá outras providências.

**Companhia de Saneamento Municipal – Cesama**  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro

CEP: 36.013-020 / Juiz de Fora – MG / (32) 3692-9198 / 9199 / 9200 / 9201

Missão - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.



10.2.2. O reajustamento dos preços contratuais deverá retratar a variação efetiva dos insumos, da mão de obra ou dos custos de produção, podendo a CESAMA, conforme o caso, adotar índices gerais ou específicos, fórmulas paramétricas, bem como acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho.

10.2.3. O reajuste de preços previsto neste Contrato para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade, e que vier a ocorrer durante a vigência do Contrato, deverá ser solicitado pela CONTRATADA.

**10.2.4. O marco inicial para a concessão do reajustamento de preços é a data limite da apresentação da proposta.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: PENALIDADES**

11.1 Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com o este Contrato e com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CESAMA, sujeita-se às sanções previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

11.2. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeita a CONTRATADA ao pagamento de multa de mora de até 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) para cada dia de atraso sobre o valor global do Contrato, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias.

11.2.1. A multa a que alude o item 11.2 não impede que a CESAMA rescinda o Contrato e aplique as outras sanções previstas neste instrumento e em Lei.

11.2.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

11.2.3. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CESAMA, tanto em decorrência deste procedimento, quanto em relação a qualquer outro eventualmente devido pela CESAMA, procedendo-se a compensação até a satisfação integral do valor das multas aplicadas ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.2.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido à Contratada.

11.3. Pelo cometimento de quaisquer infrações prevista neste Contrato e no RILC, garantida a prévia defesa, a CESAMA poderá aplicar as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa moratória, na forma prevista no item 11.2 deste Contrato;
- c) multa compensatória de até 3% (três por cento) do valor do Contrato;
- d) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CESAMA, por até 02 (dois) anos.

11.3.1. As sanções previstas nas alíneas "a" e "c" poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b".

11.3.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à CESAMA, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

11.3.2.1. A reincidência da sanção de advertência poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

11.3.3. A multa também poderá ser aplicada na observância das seguintes ocorrências:

- I. pela recusa em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- II. no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, caberá a incidência de multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

11.4. O descumprimento de cada item de Segurança e Medicina do Trabalho determinado pela Portaria 3214/78 acarretará o desconto na medição mensal sobre o valor global do Contrato de:

⇒ 0,1% infração nível 1;

- ⇒ 0,2% infração nível 2;
- ⇒ 0,3% infração nível 3; e
- ⇒ 0,4% infração nível 4.

11.4.1. Serão observadas as gradações existentes na NR-28 Fiscalização e Penalidades da Portaria 3214/78. Para riscos gerados não previstos nesta portaria descontar-se-á o percentual de 0,25% nas mesmas condições. Em caso de reincidência a multa será acrescida em 100% sobre a multa anterior. Poderão ainda ser feitas notificações pela CESAMA através do Departamento de Saúde e Segurança no Trabalho e/ou gestor do contrato.

11.4.2. A multa relativa ao descumprimento das normas regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho contidas na Portaria n° 3214/78 poderá ser aplicada cumulativamente a multa penalidade descrita no Item 11.3 alínea "b".

11.5. O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CESAMA, por até 02 (dois) anos

11.6. A sanção prevista na alínea "d" poderá também ser aplicada às empresas ou aos profissionais que:

- I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Cesama em virtude de atos ilícitos praticados.

11.7. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- a) não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do Contrato ou retirada do instrumento equivalente;
- b) apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela CESAMA;

- c) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- d) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- e) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- f) incorrer em inexecução contratual;
- g) ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

11.7.1. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à CESAMA, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

11.7.2. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

11.7.3. Constitui falta grave o não pagamento de salário, de vale-transporte e de auxílio alimentação dos empregados na data fixada, o que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis

11.7.4. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

11.7.5. Se a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar for aplicada no curso da vigência de um Contrato, a CESAMA poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada à CONTRATADA, ou mantê-lo vigente.

11.7.6. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

10.8. Quando o objeto da licitação não for executado até o vencimento do prazo estipulado, a suspensão do Contrato será automática e perdurará até que seja realizado o serviço, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e no Edital sendo que as despesas serão efetuadas à expensas da CONTRATADA.

11.9. As penalidades previstas neste Contrato poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da CESAMA, se entender as justificativas apresentadas pela CONTRATADA relevantes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: RESCISÃO**

12.1. A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

12.2. A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Cesama;
- c) judicial, nos termos da legislação.

**Companhia de Saneamento Municipal – Cesama**  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 / Juiz de Fora – MG / (32) 3692-9198 / 9199 / 9200 / 9201

Missão - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

12.2.1. Constituem motivo para rescisão do Contrato, dentre outras, as hipóteses previstas no art. 184 do RILC.

12.2.2. A rescisão por ato unilateral a que se refere à alínea "a" do item acima, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12.2.3. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o item 12.2.2 será de 90 (noventa) dias.

12.3. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da CONTRATADA poderá ter ainda direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- c) pagamento do custo da desmobilização.

12.4. Conforme art. 172, §2º do RILC, na hipótese de rescisão do Contrato, caberá ao responsável pela fiscalização atestar as parcelas adequadamente concluídas, recebendo provisória ou definitivamente, conforme o caso.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONFORMIDADE**

13.1 A CONTRATADA declara, sob as penas da lei, não haver, até a presente data, qualquer impedimento à presente contratação ou mesmo à execução de alguma cláusula ou condição do instrumento ora pactuado.

13.2 A CONTRATADA declara por si, por seus empregados, sócios, colaboradores, terceiros contratados e fornecedores estar em plena conformidade com as leis e regulamentos de anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à legislação nacional específica, às Convenções e Pactos internacionais dos quais o Brasil seja signatário, tais como OECD Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions (Convenção da OCDE sobre combate da corrupção de funcionários públicos estrangeiros ou transações comerciais internacionais), Convenção Interamericana contra a

Corrupção (Convenção da OEA), e a UN Convention Against Corruption (Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção).

13.3 A CONTRATADA endossa todas as leis, normas, regulamentos e políticas relacionados ao combate a corrupção obrigando-se a abster-se de qualquer atividade ou ato que constitua violação às referidas disposições bem como das quais a CONTRATANTE seja signatária.

13.4 A CONTRATADA por si, por seus administradores, diretores, empregados, terceiros contratados e agentes, bem como por sócio que venha a agir em seu nome, se obriga a conduzir suas práticas comerciais durante toda a vigência deste instrumento de forma ética e em conformidade com as normas aplicáveis.

13.5 A CONTRATADA por si, por seus empregados, sócios, colaboradores, terceiros contratados e fornecedores não devem, direta ou indiretamente, dar, oferecer, pagar, promover pagar, autorizar o pagamento de qualquer importância em dinheiro, ou mesmo qualquer coisa de valor, benefício, doação, vantagem a qualquer autoridade, consultor, representante, parceiro, ou quaisquer terceiros com a finalidade de influenciar quaisquer atos ou decisões do agente de governo ou para assegurar qualquer vantagem indevida.

13.6 A CONTRATADA declara que não pratica e se obriga a não praticar quaisquer atos que violem a lei anticorrupção.

13.7 A CONTRATADA concorda em fornecer prontamente, sempre que solicitada, evidencia de que está atuando diligentemente na prevenção de práticas que possam violar as leis anticorrupção.

13.8 A CONTRATADA obriga-se a manter seus livros, registros, contas e documentos contábeis organizados e precisos, assegurando-se de que nenhuma transação seja mantida fora de seus livros e que todas as transações sejam devidamente registradas e documentadas desde o início.

13.9 A CONTRATADA concorda que o CONTRATANTE terá o direito de, sempre que julgar necessário, com auxílio de auditores, auditar todos os livros, registros, contas e documentações de suporte para verificar o cumprimento de quaisquer leis anticorrupção aplicáveis, sendo que a CONTRATADA se compromete a cooperar totalmente com qualquer auditoria ou solicitação de documentos.

13.10 Independentemente de quaisquer investigações ou processos terem sido iniciados pelas autoridades, caso surjam denúncias ou indícios razoavelmente fortes de que os

contratados violaram a lei anticorrupção a CONTRATANTE terá o direito de suspender ou rescindir o contrato, sem prejuízo da multa pela rescisão.

13.11 A CONTRATADA compromete-se a praticar a governança corporativa de modo a dar efetividade ao cumprimento das obrigações contratuais em observância à legislação aplicável.

13.12 Aplicam-se, ainda, os princípios e normas estabelecidos no Código de Conduta e Integridade da CESAMA, disponível para consulta no site da CESAMA, no endereço eletrônico [http://cesama.com.br/site/uploads/páginas\\_arquivos/124/15573469006.pdf](http://cesama.com.br/site/uploads/páginas_arquivos/124/15573469006.pdf) e as disposições da Lei Federal nº 12.846 de 01/08/2013."

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

14.1. Aplica-se à execução deste contrato a Lei Federal nº. 13.303/16 e alterações posteriores, inclusive aos casos omissos, bem como as disposições constantes no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da CESAMA (30/06/2018), disponível para consulta no site da Cesama, no endereço eletrônico <http://cesama.com.br/site/uploads/arquivos/100/15562257012.pdf>, bem como na legislação municipal civil e ambiental aplicáveis ao objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: FORO**

15.1. As partes contratantes elegem o foro da sede da Cesama para dirimir quaisquer questões deles decorrentes, sejam elas com pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou não no Brasil, salvo em situações devidamente justificadas pela autoridade competente pela contratação.

Por estarem assim justos e contratados, lavrou-se o este Contrato, que vai assinado pelas partes, na presença de duas testemunhas.

Juiz de Fora, 10 de maio de 2022



  
Júlio César Teixeira  
Diretor Presidente – CESAMA

  
Ronaldo Nazareth  
Fator-Si Consultoria e Assessoria em  
Segurança e Inteligência Ltda

Testemunhas: \_\_\_\_\_

  
Michele Arinelli  
Secretária - DREA  
CESAMA

**Companhia de Saneamento Municipal – Cesama**  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 / Juiz de Fora – MG / (32) 3692-9198 / 9199 / 9200 / 9201

Missão - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

## ANEXO IV - PLANILHA DE CUSTOS CESAMA

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
			<b>VALOR MENSAL</b>
Analista de Segurança		R\$	5.311,17
SLA - sobreaviso		R\$	1.754,53
Responsável técnico (Projetos)		R\$	2.000,00
Outros (especificar)		R\$	-
<b>TOTAL MENSAL</b>		<b>R\$</b>	<b>9.065,70</b>
INSUMOS E BENEFÍCIOS MENSÁIS			
	Consumo mensal	Valor Unit	Valor Total
Uniforme (2 conjuntos por semestre)	0,33	R\$ 90,00	R\$ 29,70
Vale Transporte	44	R\$ 3,75	R\$ 165,00
Vale Alimentação	22	R\$ 25,00	R\$ 550,00
PCMSO	1	R\$ 20,00	R\$ 20,00
Plano de saúde	1	R\$ 130,00	R\$ 130,00
Seguro de vida	1	R\$ 150,00	R\$ 150,00
Software SLA (HELP DESK)	30	R\$ 40,00	R\$ 1.200,00
Outros (especificar)			R\$ -
<b>TOTAL INSUMOS E BENEFÍCIOS</b>			<b>R\$ 2.244,70</b>
ENCARGOS SOCIAIS			
<b>GRUPO A - Encargos previdenciários e FGTS</b>		%	R\$
INSS		20,00%	R\$ 1.813,14
SESI OU SESC		1,50%	R\$ 135,99
SENAI OU SENAC		1,00%	R\$ 90,66
INCRA		0,20%	R\$ 18,13
Salário Educação		2,50%	R\$ 226,64
FGTS		8,00%	R\$ 725,26
Seguro acidente do trabalho		3,00%	R\$ 271,97
SEBRAE		0,60%	R\$ 54,39
Outros (especificar)			
<b>TOTAL GRUPO A</b>		<b>36,80%</b>	<b>R\$ 3.336,18</b>
<b>GRUPO B - 13º Salário e Adicional de Férias</b>		%	R\$
13º Salário		8,33%	R\$ 755,17
Férias + adicional 1/3		11,11%	R\$ 1.007,20
Subtotal		19,44%	R\$ 1.762,37
Incidência do Grupo A sobre 13º Salário e Férias + 1/3		7,15%	R\$ 648,55
<b>TOTAL GRUPO B</b>		<b>26,59%</b>	<b>R\$ 2.410,93</b>
<b>GRUPO C - Afastamento Maternidade</b>		%	R\$
Afastamento Maternidade		0,00%	R\$ -
Incidência do Grupo A sobre afastamento maternidade		0,00%	R\$ -
<b>TOTAL GRUPO C</b>		<b>0,00%</b>	<b>R\$ -</b>
<b>GRUPO D - Provisão para Rescisão</b>		%	R\$
Aviso prévio indenizado		8,33%	R\$ 755,17
Incidência do FGTS s/aviso prévio indenizado		1,04%	R\$ 94,28
Multa do FGTS s/aviso prévio indenizado		4,16%	R\$ 377,13
Aviso prévio trabalhado		0,15%	R\$ 13,60
Incidência do Grupo A s/aviso prévio trabalhado		3,07%	R\$ 277,95
Multa FGTS do aviso prévio trabalhado		0,00%	R\$ -
<b>TOTAL GRUPO D</b>		<b>16,75%</b>	<b>R\$ 1.518,14</b>
<b>GRUPO E - Composição do custo de Reposição do Profissional Ausente</b>		%	R\$
Férias		8,33%	R\$ 755,17
Ausência por doença		2,20%	R\$ 199,45
Licença paternidade		0,02%	R\$ 1,81
Ausências legais		1,33%	R\$ 120,57
Ausência por acidente de trabalho		0,13%	R\$ 11,78
Subtotal		12,01%	R\$ 1.088,79
Incidência do Grupo A sobre o Custo de Reposição		4,42%	R\$ 400,67
<b>TOTAL GRUPO E</b>		<b>16,43%</b>	<b>R\$ 1.489,47</b>
<b>TOTAL ENCARGOS SOCIAIS</b>			<b>R\$ 8.754,71</b>
<b>DESPESAS ADM/LUCRO</b>		%	R\$
Despesas Administração		6,00%	R\$ 1.203,91
Lucro		15,00%	R\$ 3.009,77
Outros (especificar)			
<b>TOTAL DESPESAS ADM E LUCRO</b>		<b>21,00%</b>	<b>R\$ 4.213,67</b>
<b>TRIBUTOS</b>		%	R\$
SIMPLES NACIONAL		0,00%	R\$ -
IRPF		4,80%	R\$ 1.392,83
CSLL		2,88%	R\$ 835,70
PIS		0,65%	R\$ 188,61
COFINS		3,00%	R\$ 870,52
ISS		5,00%	R\$ 1.450,87
<b>TOTAL TRIBUTOS SOBRE FATURAMENTO</b>		<b>16,33%</b>	<b>R\$ 4.738,53</b>
QUADRO RESUMO			
<b>TOTAL DA REMUNERAÇÃO MENSAL</b>		<b>R\$</b>	<b>9.065,70</b>
<b>TOTAL INSUMOS E BENEFÍCIOS</b>		<b>R\$</b>	<b>2.244,70</b>
<b>TOTAL ENCARGOS SOCIAIS</b>		<b>R\$</b>	<b>8.754,71</b>
<b>TOTAL DESPESAS ADM E LUCRO</b>		<b>R\$</b>	<b>4.213,67</b>
<b>TOTAL TRIBUTOS SOBRE FATURAMENTO</b>		<b>R\$</b>	<b>4.738,53</b>
<b>VALOR TOTAL MENSAL</b>		<b>R\$</b>	<b>29.017,31</b>
<b>VALOR TOTAL ANUAL</b>		<b>R\$</b>	<b>348.207,72</b>

Quilombo do Capangá, s/n, Vila Capangá - Curitiba  
 Fone: (41) 333-1111 - Fax: (41) 333-1112  
 CNPJ nº 06.940.888/0001-00 - Insc. Est. nº 088.248.888-00

Este documento é válido apenas para fins de controle interno da empresa e não pode ser utilizado para fins de comprovação de despesas ou para fins de cobrança de impostos. Qualquer dúvida, favor entrar em contato com o Departamento de Contabilidade da empresa.

